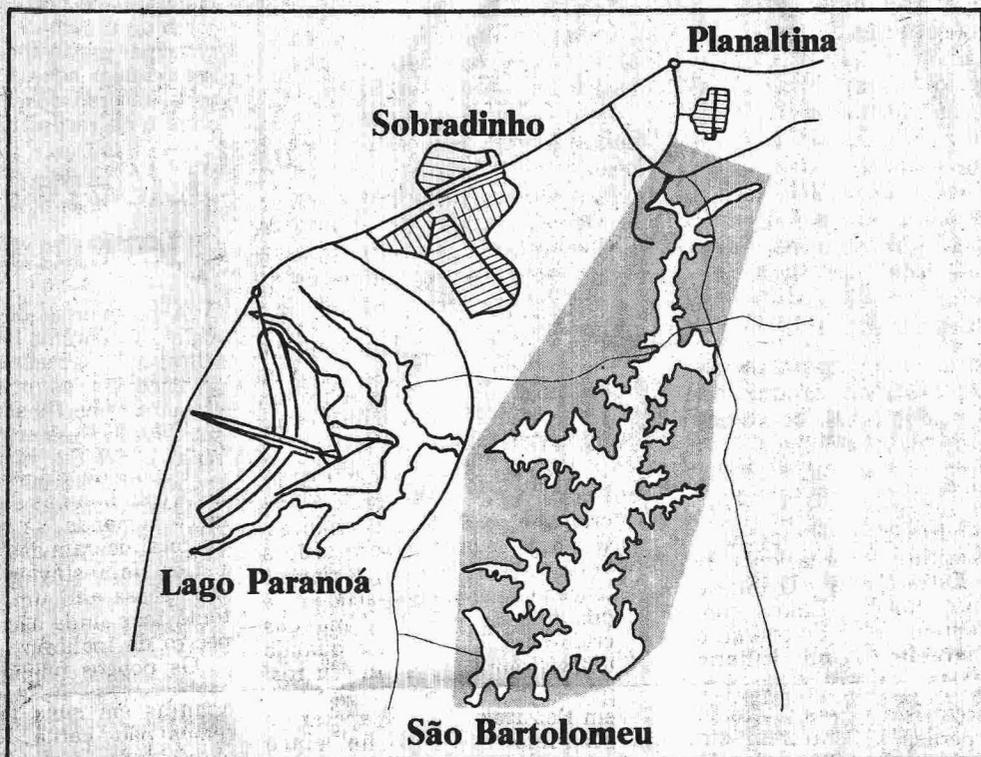


Famílias reclamam solução para área do novo lago

JORNAL DE BRASÍLIA

DF



A área a ser inundada está assinalada no mapa pelo fio preto

Os proprietários de terras urbanas e rurais — compreendidas no chamado "polígono do Rio São Bartolomeu" e em processo de desapropriação para dar vez ao novo lago de Brasília e sua respectiva faixa de proteção — estão reclamando uma solução mais rápida para o problema uma vez que, em vista da situação provisória, estão privados do acesso a qualquer serviço público como água, luz, telefone, além de não poderem executar nenhuma benfeitoria nas terras em questão.

Para o presidente do Sindicato Rural de Brasília, Rubens Gorayab embora a Caesb judicialmente já tenha dado início aos processos, tendo proposto mais de quatro mil ações de desapropriação de terras rurais, "a impressão que dá é que não dispõe de dinheiro para concretizá-las; o que só faz inviabilizar a vida dos agricultores".

Segundo ele, o novo lago, que "vai se transformar no maior centro de poluição do Distrito Federal em vista de recolher todos os detritos que desaguam no córrego Sobradinho e vêm do Paranoá, Núcleo Bandeirante, Vargem Bonita, Papuda e fazendas adjacentes", não é uma obra necessária. "Dizem que o lago vai abastecer Brasília ano a ano 2000 mas já estamos bebendo a água poluída do Descoberto.... O problema é que ninguém está preocupado com a produção, mas sim com água, quando esta é o que mais temos no Distrito Federal".

Já uma proprietária de 31 alqueires de terras rurais na área de desapropriação do São Bartolomeu, funcionária do GDF, acusa de injusto o imposto territorial rural que é cobrado pelo INCRA sobre estas mesmas terras. Segundo ela, enquanto no ano passado lhe foi cobrado cerca de Cr\$ 16 mil cruzeiros, neste ano o imposto foi para Cr\$ 35.585,00 a serem pagos integralmente.

"Se não temos direito a nada — a área não pode ser cercada, vendida ou receber qualquer benfeitoria — pelo menos deveriam suspender o imposto, até que se resolvesse o problema", reclama ela.

Uma situação também difícil enfrentam os moradores do bairro Nossa Senhora de Fátima, em Planaltina. Criado antes da construção de Brasília, o bairro nunca teve energia elétrica ou água encanada, sempre sob a alegação de que a área, considerada de utilidade pública desde 1969, um dia viria a ser desapropriada. Seus moradores, que já estão constituindo uma associação, pensam recorrer à OAB-DF para saber sobre seus direitos e as indenizações que estão sendo propostas.

Cerca de quatro mil ações foram ajuizadas pela Caesb, das quais mais de 90 por cento foram contestadas pelos proprietários dos lotes. Calcula-se que nem um por cento destes aceitaram o valor inicialmente proposto como indenização pela Caesb.